

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015, da JSL Arrendamento Mercantil S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A, contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

Em 2015, a desaceleração do crédito acompanhou a retração da atividade econômica e os efeitos da política monetária, que afetam principalmente as operações do segmento livre. Nesse contexto, no final do exercício de 2015, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançou a R\$ 3.217 bilhões, com expansão de 6,6% em doze meses (comparativamente a 11,3% no exercício de 2014). A relação crédito/PIB alcançou 54,3% em

dezembro de 2015, ante 53,1% em dezembro de 2014. A carteira de crédito com recursos livres atingiu R\$ 1.635 bilhão, com expansão de 3,7% em doze meses (4,6% em 2014).

Já a indústria de fabricantes de veículos automotores vem apresentando redução na produção de veículos na ordem de 25%, o que conjuntamente impacta na demanda por operações de crédito e de arrendamento mercantil para automóveis, caminhões e ônibus, dentre outras. Dessa forma, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 183,2 bilhões, com redução de 13,3% no exercício (comparativamente a redução de 7,0% no exercício de 2014), enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no final de 2015 a R\$ 92,0 bilhões, com redução de 17,3% em relação ao final do exercício de 2014.

Em 17 de novembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, com o objetivo de alterar o artigo 4º, do Estatuto Social, para incluir a atividade de prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissão de moeda eletrônica.

Em 31 de dezembro de 2015, os Ativos totais da Companhia montaram

a R\$ 25,1 milhões, destacando-se: R\$ 6,3 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 0,6 milhão em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e R\$ 14,5 milhões de Imobilizado de Arrendamento. O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil, apurado segundo as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 9,1 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 17,7 milhões.

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 04 de março de 2016.

A DIRETORIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2015		2014		PASSIVO	Nota Explicativa	2015		2014	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
Circulante		7.029	19.457			Circulante		899	728		
Disponibilidades	4	45	55			Recursos de aceites e emissão de títulos		67	-		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	615	6.000			Letras de arrendamento mercantil	9	67	-		
Aplicações em operações compromissadas - LFT		-	5.140			Outras obrigações		832	728		
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		615	860			Fiscais e previdenciárias	11a	249	247		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		6.294	13.369			Diversas	11b	583	481		
Títulos de renda fixa - LFT	5	6.294	13.369			Exigível a longo prazo		6.555	633		
Operações de arrendamento mercantil		-	(9)			Outras obrigações		6.555	633		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	4.764	716			Fiscais e previdenciárias	11a	994	46		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(4.698)	(716)			Diversas	11b	5.561	587		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(66)	(9)			Patrimônio líquido		17.662	20.614		
Outros créditos	7	14	42			Capital de domiciliados no país	12a	20.000	20.000		
Diversos		14	42			Reservas de lucros	12c	-	618		
Outros valores e bens		61	-			Ajuste de avaliação patrimonial		-	(4)		
Despesas antecipadas		61	-			Prejuízos acumulados		(2.338)	-		
Realizável a longo prazo		3.419	425			Total do passivo		25.116	21.975		
Operações de arrendamento mercantil		(79)	(13)								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	5.756	1.472								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(5.756)	(1.472)								
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(79)	(13)								
Outros créditos	7	3.498	438								
Diversos		3.498	438								
Permanente		14.668	2.093								
Imobilizado de uso	8a	78	-								
Instalações, móveis e equipamento de uso		91	-								
Depreciação acumulada		(13)	-								
Imobilizado de arrendamento	8b	14.546	2.093								
Bens arrendados		15.034	2.098								
Superveniência de depreciação		3.958	183								
Depreciação acumulada		(4.446)	(188)								
Intangível		44	-								
Ativos Intangíveis - Software		45	-								
Amortização acumulada		(1)	-								
Total do ativo		25.116	21.975								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária		Totais	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.000	517	686	-	-	-	8.203
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)	(4)
Aumento de capital	13.000	-	-	-	-	-	13.000
Prejuízo	-	-	-	-	-	(585)	(585)
Destinações:							
Reserva legal	-	11	-	-	-	(11)	-
Reversão de reservas	-	-	(596)	-	-	596	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	20.000	528	90	(4)	-	-	20.614
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4	-	4	4
Prejuízo	-	-	-	-	-	(2.956)	(2.956)
Reversão de reservas	-	(528)	(90)	-	-	618	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.000	-	-	-	-	(2.338)	17.662
Saldos em 30 de junho de 2015	20.000	-	-	-	-	(1.050)	18.950
Prejuízo	-	-	-	-	-	(1.288)	(1.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.000	-	-	-	-	(2.338)	17.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre explicativa		Exercício			2º semestre explicativa		Exercício	
	2015	2015	2014	2015		2015	2014	2014	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(2.291)	(5.071)	(975)	(975)	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(24)
Ajustes ao Resultado	433	640	33	33	Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades operacionais	7.038	12.759	(9.996)	(9.996)
Depreciações de arrendamento	6f e 8c	2.840	4.279	188	Aquisição de imobilizado de arrendamento	8c	(8.032)	(12.999)	(2.098)
Depreciações e amortizações	8a	9	13	-	Baixa de imobilizado de arrendamento	8c	61	61	-
Superveniência de depreciação	6f e 8c	(2.492)	(3.794)	(183)	Aquisição de imobilizado de uso	8a	(6)	(91)	-
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(3)	4	6	Aplicações no intangível		(33)	(45)	-
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6d	75	123	22	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(8.010)	(13.074)	(2.098)
Despesas com emissão de recursos de emissão de títulos		4	7	-	Captação por meio de recursos de emissão de títulos	9	-	60	-
Outros		-	8	-	Aumento de capital		-	-	13.000
Variações de Ativos e Obrigações	8.896	17.190	(9.054)	(9.054)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		-	60	13.000
Varição em títulos e valores mobiliários		5.794	7.079	(13.375)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(972)	(255)	906
Varição de aplicação interfinanceira de liquidez		-	5.140	3.222	Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.632	915	9
Varição em operações de arrendamento mercantil		(55)	(65)	-	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	660	660	915
Varição de outras obrigações		3.161	5.078	1.152					
Varição em outros créditos		57	19	(29)					
Varição em outros valores e bens		(61)	(61)	-					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") (atual denominação da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a partir de 17 de novembro de 2015 a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Em abril de 2013 a JSL Holding Financeira Ltda. firmou contrato vinculante de compra da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, cujo fechamento da transferência do controle acionário ocorreu em 25 de julho de 2014. O início das operações de arrendamento mercantil ocorreu em 13 de outubro de 2014, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, da estrutura organizacional

implementada. Anteriormente a essa data a empresa estava em situação não operacional. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 04 de março de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre		Exercício	
		2015	2015	2014	2014
Receitas da intermediação financeira		4.357	7.113	1.367	1.367
Operações de arrendamento mercantil	6f	3.603	5.410	220	220
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	754	1.703	1.147	1.147
Despesas da intermediação financeira		(2.919)	(4.409)	(210)	(210)
Operações de captação no mercado	9	(4)	(7)	-	-
Operações de arrendamento mercantil	6f	(2.840)	(4.279)	(188)	(188)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(75)	(123)	(22)	(22)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.438	2.704	1.157	1.157
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.729)	(7.775)	(2.125)	(2.125)
Receitas de prestação de serviços		36	63	7	7
Despesas de pessoal	13	(1.464)	(2.703)	(888)	(888)
Outras despesas administrativas	14	(2.241)	(4.995)	(1.173)	(1.173)
Despesas tributárias	15	(80)	(141)	(71)	(71)
Outras receitas operacionais	16	52	58	-	-
Outras despesas operacionais	17	(32)	(57)	-	-
Resultado operacional		(2.291)	(5.071)	(968)	(968)
Resultado não operacional		-	-	(7)	(7)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(2.291)	(5.071)	(975)	(975)
Imposto de renda e contribuição social	18	1.003	2.115	390	390
Ativo fiscal diferido líquido		1.003	2.115	390	390
Prejuízo		(1.288)	(2.956)	(585)	(585)
Prejuízo por ação em circulação - em R\$ (Representado por 20 milhões de ações)		(0,06)	(0,15)	(0,03)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício	
		2015	2015	2014	2014
Receitas		4.370	7.111	1.352	1.352
Intermediação financeira		4.357	7.113	1.367	1.367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(75)	(123)	(22)	(22)
Outras		88	121	7	7
Despesas da intermediação financeira		(4)	(7)	-	-
Operações de captação no mercado	9	(4)	(7)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		(961)	(1.598)	(481)	(481)
Serviços de terceiros	14	(188)	(325)	(152)	(152)
Processamento de dados	14	(360)	(683)	(259)	(259)
Publicações	14	(50)	(97)	(

(continuação) Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pósfixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações préfixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificadas nas seguintes categorias: **• Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e **• Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e) Arrendamentos a Receber e Valor Residual Garantido (VRG)** - Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil. A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Despesa antecipada** - Representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. **h) Imobilizado de uso e de arrendamento - I) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **II) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 140/1984 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (nota 8b,c). **i) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados por gastos com aquisição de *softwares*. **j) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. A Companhia não considerou os efeitos da alteração temporária da alíquota na apuração do crédito tributário. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. O critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, estão contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**: A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº 3.429/10. **I - Ativos e Passivos**

Contingentes - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. **• Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; **• Passivos Contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **m) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** - As captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Outros Ativos e Passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **o) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetem os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

	2015	2014
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades em moeda nacional	45	55
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)(b)	615	860
Total de caixa e equivalentes de caixa	660	915

(a) Representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros que são remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI; e (b) Em dezembro de 2014, as Aplicações em operações compromissadas - LFT, no montante de R\$ 5.140, não foram consideradas como equivalentes de caixa.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - No "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel. **Títulos para negociação (1)** - Títulos Públicos – Letras Financeiras do Tesouro – LFT (2)

	2015	2014
Valor de Custo	6.296	13.375
Ajuste a mercado refletido no resultado (3)	(2)	-
Ajuste a mercado refletido no Patrimônio Líquido (1)(3)	-	(6)
Valor Contábil	6.294	13.369

(1) Em 30 de junho de 2015, a totalidade das aplicações em Letras Financeiras do Tesouro – LFT foi transferida da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Títulos para Negociação", juntamente com seu respectivo resultado, em função da intenção da administração quanto a sua negociação, para utilização dos recursos, principalmente, em operações de arrendamento mercantil, classificadas no circulante. (2) Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está composto por aplicações em títulos públicos federais, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com vencimento final em 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (3) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). (4) Classificado na categoria "Títulos Disponíveis para a Venda". **Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas (5)	-	106	153
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (5)	82	147	692
Rendas de Títulos de Renda Fixa	672	1.450	302
Total	754	1.703	1.147

(5) Vide nota 4. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição da carteira de Arrendamento Mercantil

	2015	2014
Arrendamentos a receber – setor privado	10.520	2.188
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(10.454)	(2.188)
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)	15.034	2.098
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(488)	(5)

9. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Captação	Remuneração	Data da Captação	Vencimento	Valor Contábil 2015	Valor Contábil 2014
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	13,94% a 14,36% a.a.	03/02/2015 a 08/06/2015	05/02/2016 a 08/06/2016	67	-

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 montaram a R\$ 7 e no 2º semestre de 2015 a R\$ 4.

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: **• Ativos Contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. **• Passivos Contingentes** – A provisão para contingências é estabelecida e registrada por valores conhecidos, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, para os casos em que a perda é considerada provável, com base nas opiniões de nossos assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída será suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. A Companhia não possui processos judiciais em aberto.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	2015	2014
Impostos e Contribuições a recolher	249	247
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 18b)	994	46
Total	1.243	293

- Depreciações acumuladas (nota 8b)	(4.446)	(188)
- Superveniência de depreciação (nota 8b)	3.958	183
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 11b)	(5.561)	(587)

Valor presente das operações de arrendamento mercantil **9.051 1.506**

b) Composição da carteira por nível de risco e faixa de vencimento:

Rating	AA	A	B	C	D	Total
Parcelas Vencidas	-	13	16	17	32	78
Subtotal	-	13	16	17	32	78
01 a 60	-	259	275	209	20	763
61 a 90	-	122	132	88	10	352
91 a 180	-	314	360	265	19	958
181 a 360	-	648	656	482	52	1.838
Acima 360	-	1.856	1.480	1.674	52	5.062
Subtotal	-	3.199	2.903	2.718	153	8.973
Total Geral	-	3.212	2.919	2.735	185	9.051
PDD 2015	-	16	29	82	18	145
% PROVISÃO (1)	-	0,5%	1,0%	3,0%	10,0%	-

(1) Provisão requerida com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Rating	AA	A	B	C	Total
Parcelas Vincendas	-	-	-	-	-
01 a 60	-	16	83	25	124
61 a 90	-	7	40	13	60
91 a 180	-	17	116	36	169
181 a 360	-	37	181	66	284
Acima 360	-	179	409	281	869
Subtotal	-	256	829	421	1.506
Total Geral	-	256	829	421	1.506
PDD 2014	-	1	8	13	22
% PROVISÃO (1)	-	0,5%	1,0%	3,0%	-

(1) Provisão requerida com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN.

c) Composição da carteira por Setor Econômico:

	2015	%	2014	%
Setor Privado	9.051	100,0	1.506	100,0
Serviços	3.184	35,2	744	49,4
Transportes Terrestres	2.868	31,7	744	49,4
Demais serviços	316	3,5	-	-
Comércio	236	2,6	-	-
Comércio Varejista	236	2,6	-	-
Pessoa Física	4.664	51,5	762	50,6
Pessoa Física	4.664	51,5	762	50,6
Outros	967	10,7	-	-
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	967	10,7	-	-
Total	9.051	100,0	1.506	100,0

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22	-
Constituição no exercício (1)	123	22
Saldo em 31 de dezembro de 2015	145	22

(1) 2º semestre de 2015 – R\$ 75.

e) Recuperação e Renegociação de Créditos - Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve recuperação ou renegociação de créditos. A Companhia ainda não possui carteira de créditos renegociados. **f) Receitas e Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil**

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas			
Rendas de Arrendamento Mercantil	1.111	1.616	37
Superveniência de Depreciação	2.492	3.794	183
Total da Receita	3.603	5.410	220
Despesas			
Depreciação de Bens Arrendados	2.840	4.279	188
Total da Despesa	2.840	4.279	188

7. OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Créditos tributários (nota 18b)	3.498	438
Antecipações salariais	11	9
Impostos a compensar	3	24
Outros	-	9
Total	3.512	480

8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Uso - Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual 2015
Móveis e equipamentos de uso	10%	11	-	11
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(13)	67
Total	-	91	(13)	78

b) Imobilizado de Arrendamento

	2015	2014
Veículos e Afins	14.118	2.098
Máquinas e Equipamentos	916	-
Depreciação Acumulada	(4.446)	(188)
Superveniência de Depreciação (1)	3.958	183
Total (nota 6a)	14.546	2.093

(1) A receita de superveniência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 3.794 e no 2º semestre de 2015 de R\$ 2.492 (R\$ 183 em 2014) (nota 6f).

c) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro	2.093	-
Entradas	12.999	2.098
Baixas	(61)	-
Depreciação no exercício (nota 6f)	(4.279)	(188)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6f)	3.794	183
Saldo em 31 de dezembro	14.546	2.093

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro	2.093	-
Entradas	12.999	2.098
Baixas	(61)	-
Depreciação no exercício (nota 6f)	(4.279)	(188)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6f)	3.794	183
Saldo em 31 de dezembro	14.546	2.093

b) Diversas

	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a)	5.561	587
Pessoal	228	211
Contas a pagar	284	119
Valores a pagar a sociedades ligadas	23	2

c) Reserva de Lucros
Composição das Reservas de Lucro:

	2015 (1)	2014
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	-	528
Reserva Estatutária	-	90
(1) Valores utilizados para absorção parcial do prejuízo do exercício, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.		
13. DESPESAS DE PESSOAL		
2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Proventos	844	1.593
Encargos sociais	517	937
Benefícios	103	173
Total	1.464	2.703

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Honorários da Diretoria (nota 19c)	1.116	3.073	552
Processamento de dados	360	683	259
Serviços do sistema financeiro	269	306	13
Serviços de terceiros	188	325	152
Aluguéis	187	368	147
Publicações	50	97	24
Depreciação e amortização	9	13	-
Outras	62	130	26
Total	2.241	4.995	1.173

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
COFINS	64	111	55
PIS	11	18	9
ISS	4	7	1
Outras	1	5	6
Total	80	141	71

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Outras receitas financeiras	51	57	-
Reversão de provisão	1	1	-
Total	52	58	-

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Associação de Classe	24	36	-
Outras	8	21	-
Total	32	57	-

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Sociedade está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	2º semestre de 2015	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(2.291)	(5.071)	(975)
Alíquota vigente em 31 de dezembro (nota 3i)	45%	45%	40%
Expectativa de crédito (despesa) de acordo com a alíquota vigente	1.031	2.282	390
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício	(1)	(1)	-
Outros valores (1)	(27)	(166)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	1.003	2.115	390

(1) Equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota demonstrada (45%).

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2014	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	52	-	61
Provisão para publicação	-	20	-	20
Ajuste de Marcação a Mercado	3	-	(3)	-
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	12	72	(3)	81
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	426	2.991	-	3.417
Total Crédito tributário (nota 7) (2)	438	3.063	(3)	3.498
Obrigações fiscais diferidas (1)	(46)	(948)	-	(994)
Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	392	2.115	(3)	2.504

(1) Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação. c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2015, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de

captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2015
2016	20
2017	9
2018	1.679
2019	796
Total dos créditos tributários (2)	2.504

(2) Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 994, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31/12/2015, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic é de R\$ 1.745.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações:

a) Controlador JSL Holding Financeira – após julho de 2014 - atual

	2015	2014	2015	2014
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
JSL S/A	(23)	(2)	(21)	(2)

b) Controlador Banco BGN S/A – até julho de 2014

	2015	2014	2015	2014
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Banco BGN S/A.	-	8.605	-	351

Depósitos interfinanceiros (100% CDI)

Banco BGN S/A. - 8.605

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 3.073 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 552), 2º semestre de 2015 - R\$ 1.116. **d) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS - a) Gestão de Riscos - A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada *vis-à-vis* as melhores relações risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de riscos permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.jsleasing.com.br> - Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; e • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria

sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. **Limite Operacional - Acordo da Basileia** - Segundo as regras do Bacen, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras e sociedades autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. a.a. O índice de Basileia foi calculado com base nas normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/2013, além de legislação complementar. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Basileia Nível I apurado pela Companhia foi de 51,9% (31 de dezembro de 2014 - 72,8%). Não foi apresentado o Índice de Basileia Nível II pelo fato da Companhia não possuir instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada. **c) Gerenciamento de Risco Operacional** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **d) Gerenciamento de Risco de Mercado** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. A esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o *back test* do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **e) Gerenciamento de Risco de Crédito** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **f) Gerenciamento de Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei no 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais. **b)** Despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2015 referem-se a comissão sobre fiança bancária; **c)** Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA	
Osmar Roncolato Pinho Diretor Presidente	
Sergio de Jesus Diretor	
Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (nota 3(h)). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil, mas

resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de março de 2016